

# As meninas negras e a “pipa-borboleta”: colonização e colonialidade de gênero

*Black girls and the “pipa-borboleta”: colonization and gender coloniality*

Submetido em: 22/05/2024

Aceito em: 18/11/2024

Maria Aparecida Cruz de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir de uma crítica direcionada ao paradigma hegemônico da Modernidade (Mignolo, 2003), que reflete sobre os legados coloniais no contexto latino-americano e da colonialidade de gênero (Lugones, 2014), a pesquisa problematiza o abuso e a violência sexual vivenciada pelos corpos de meninas negras nos romances *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, *Becos da memória*, de Conceição Evaristo e no poema “A menina e a pipa-borboleta” (2017) do livro *Poemas da recordação e outros movimentos*, também, de Conceição Evaristo. A investigação nasceu do pressuposto de que a figuração das meninas negras é uma referência à colonização de ontem e à colonialidade de gênero de hoje, enquanto denuncia, pois, essas personagens também podem ser lidas como símbolos de luta e resistência, quando não aceitam o lugar de corpo objetificado.

**Palavras-chave:** Colonialidade de gênero; meninas negras; Ana Maria Gonçalves; Conceição Evaristo.

**Abstract:** Based on a critique directed at the hegemonic paradigm of Modernity (Walter D. Mignolo, 2003), which reflects on colonial legacies in the Latin American context and gender coloniality (María Lugones, 2014), I problematize sexual abuse and violence experienced by the bodies of black girls in the novels *Um defeito de cor*, by Ana Maria Gonçalves, *Becos da memória*, by Conceição Evaristo and in the poem “A menina e a pipa-borboleta” (2017) from the book *Poemas da recordação e outros movimentos*, also, of Conceição Evaristo. The investigation was born from the assumption that the representation of black girls is a reference to yesterday's colonization and today's gender coloniality, while denouncing, therefore, that these characters can also be read as symbols of struggle and resistance, when they do not accept the place of an objectified body.

**Keywords:** Gender coloniality; black girls; Ana Maria Gonçalves; Conceição Evaristo.

## Introdução

Em tempos de proliferação de *fake News*, que alimentam a desinformação e promovem o “pânico moral”, torna-se evidente o uso político e estratégico dessas narrativas para reforçar estigmas sociais e desviar o foco de questões estruturais. No Brasil, a Direita conservadora, frequentemente, utiliza discursos classistas e racistas para associar a exploração e o abuso sexual infantil à vulnerabilidade socioeconômica de grupos marginalizados. Ao fazer isso, não apenas criminaliza populações historicamente vulneráveis, como as comunidades pobres, ribeirinhas e indígenas da Ilha do Marajó (PA), mas também invisibiliza as verdadeiras raízes desse problema, que estão profundamente enraizadas na estrutura desigual do país.

<sup>1</sup> Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília. Docente na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: maricruzdeoliveira@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6719713124958432>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8174-0507>.

Essa abordagem oportunista cria uma narrativa que transfere a responsabilidade para as vítimas ou suas comunidades, ignorando a dimensão histórica e sistêmica da violência. Como aponta a filósofa argentina María Lugones (2014), a “colonialidade de gênero” é uma base estruturante dessas desigualdades. Trata-se de uma lógica colonial que impõe hierarquias de gênero, raça e classe, criando corpos e subjetividades marcados pela exploração e subalternização. Assim, a exploração e o abuso sexual infantil no Brasil não podem ser tratados como fenômenos isolados, mas como parte de um continuum histórico que remonta à modernidade colonial/capitalista, com impactos ainda presentes nos territórios que viveram essa experiência:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (Lugones, 2014, p. 936).

As escritoras Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves têm sido nomes importantes nessa discussão dentro da literatura brasileira contemporânea, especialmente enquanto movimento estético com postura de resistência à diferença colonial para mostrar e figurar as experiências das maiores vítimas da violência sexual no Brasil: as meninas negras.

Ao abordar o abuso e a exploração de crianças, em suas obras literárias, essas escritoras não apenas denunciam as injustiças sociais, mas também desafiam a naturalização dessas práticas. Elas criam um terreno fértil para a conscientização, promovendo um olhar crítico sobre as raízes históricas do problema e convidando os leitores a refletirem sobre as responsabilidades coletivas.

No entanto, é essencial avançar para além da denúncia literária e do debate acadêmico. Devemos questionar as políticas públicas e os mecanismos institucionais que perpetuam essa violência. Isso exige um enfrentamento multidimensional que abarque desde a educação crítica e transformadora até a implementação de políticas que protejam efetivamente crianças e adolescentes, especialmente aqueles que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social.

### **Meninas negras: narrativas do silêncio**

A constatação de que as mulheres negras têm tido seus corpos violados sistematicamente desde o Brasil colônia não é nenhuma novidade, no entanto, a violência contra elas é também historicamente silenciada. A gravidade desse silêncio é percebida quando olhamos para os índices de violência por faixa etária. É o que mostram os dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014), que, a partir de análises de dados contidos no Sistema de Notificação do Ministério da Saúde, estimou que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que significa que houve aproximadamente, no referido ano, 527 mil estupros consumados e notificados no país. Nos dados referentes ao ano de 2011, constatou-se que 88,5% das vítimas foram do sexo feminino; 50,7% eram crianças e 19,4% adolescentes, ou seja, mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes e 51% dessas vítimas eram meninas negras (IPEA, 2014, p. 6).

Nos resultados da pesquisa de 2018 aparece o quadro de recorrências dessa violência entre os anos 2011 até 2016. Nele as crianças permanecem como as maiores vítimas de estupro, entre a porcentagem de 50,1% em 2014 e 52,6% em 2013 (IPEA, 2018, p. 63). Em relação à cor e à raça, as pretas e pardas aparecem como a maioria das violadas, juntas somam a taxa de 54% nos anos 2015 e 2016 (IPEA, 2018, p. 65).

Essas constatações do IPEA referem-se apenas a um tipo de abuso sexual: o estupro. Desse modo, é importante ressaltar que o abuso sexual contempla outras práticas de violência. A Organização Mundial da Saúde define a violência sexual como:

qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles (Krug *et al*, 2002, p. 147).

Em 2023, o IPEA traz nova estimativa da prevalência de estupro e sua taxa nos “sistemas de saúde e policial, a partir de diferentes bases de dados com cobertura nacional sobre o fenômeno no Brasil, tomando como referência para comparação o ano de 2019” (IPEA, 2023, p. 5). Com um cálculo aproximado dessa prevalência, concluíram que o número de estupros no país se situaria em um patamar de 822 mil casos por ano. Isso significou na pesquisa que, “apenas 8,5% dos estupros estão sendo identificados pela polícia e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde” (IPEA, 2023, p. 5).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023, p. 15) traz a informação de que em 2022 tivemos o maior número de estupros da história, um crescimento de 8,2% em relação a 2021. Esses “números correspondem aos casos que foram notificados às autoridades policiais e, portanto, representam apenas uma fração da violência sexual” (FBSP, 2013, p. 154). Das 74.930 vítimas, 56.820 foram estupros de vulneráveis. As vítimas do sexo feminino foram 88,7 e 11,3 do sexo masculino. As vítimas dividem-se em 56,8% negras, 42,3% brancas, 0,5% indígenas e 0,4% amarelas. Desses dados surgem as principais vítimas, as crianças. Essas crianças têm entre 0 e 13 anos de idade (61,4%) e 10,4% têm menos de 4 anos. Como nas pesquisas realizadas pelo IPEA, os agressores são conhecidos, correspondendo a 86,1 dos que vitimizam crianças de 0 a 13 anos. Desses conhecidos, 64,4 são membro da família:

Estudos recentes sobre abuso sexual contra crianças no período da pandemia têm sugerido que o fechamento das escolas em função das medidas de isolamento social pode ter ampliado a vulnerabilidade de crianças e, inclusive, que parte das notificações decorre de abusos iniciados e/ou ocorridos durante o lockdown, mas que só vieram à tona quando as crianças voltaram a frequentar as escolas (FBSP, 2023, p. 155).

A persistência da violência sexual no contexto brasileiro é reflexo da colonialidade de gênero. A cultura do machismo, subproduto da ideologia patriarcal, coloca a mulher negra como objeto e propriedade do homem branco. Na condição de proprietário, o homem branco se sente legitimado para violentar as meninas negras.

Nessa circunstância histórica, a literatura pode reproduzir e ajudar a perpetuar a cultura do machismo, mas as autoras Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo, a partir de uma perspectiva feminista negra decolonial, trazem em suas obras a ideia de que a cultura do estupro e do machismo é admitida e romanceada na sociedade

brasileira, e assim propõem a superação e o combate à herança patriarcal. Em Ana Maria Gonçalves, temos o registro dessa normatização no período colonial, e em Conceição Evaristo, temos a narrativa da persistência dessa cultura machista no Brasil atual, a colonialidade, conseqüente da colonização territorial (Mignolo, 2003).

Em *Um defeito de cor*, o abuso e a violência contra os corpos das meninas e mulheres negras são tão explícitos que podem até impedir as leitoras de ultrapassar a leitura do capítulo 1, especificamente nas páginas 22 e 23, quando a mãe de Kehinde (Dúróófiike) sofre um estupro coletivo por guerreiros do rei Adandozan: “A minha mãe ficou quieta, calada, e nem mesmo se mexeu quando outro guerreiro tomou o lugar do que estava dentro dela” (Gonçalves, 2013, p. 23). Ou quando as meninas (Kehinde e Taiwo) são abusadas também coletivamente pelos guerreiros:

Dois dos guerreiros repararam em mim e na Taiwo. O primeiro pegou uma das mãos dela e apertou em volta do membro dele, e logo foi copiado pelo amigo, que usou a minha mão. Acho que a direita, porque a Taiwo estava sentada à minha esquerda e nem por um momento nos separamos, apertando ainda com mais força as mãos livres. O guerreiro forçava a minha mão contra o membro, que, de início, estava mole, e mexia o corpo para a frente e para trás, fazendo com que ficasse duro e quente. A minha avó chorava encobrendo o rosto, não sei se para esconder as lágrimas ou se para se esconder do que via. Um outro guerreiro aproximou dela e, com a ponta da lança, sem se importar se estava machucando ou não, descobriu os seus olhos, mandando que ela olhasse o que estava acontecendo, dizendo que a feitiçaria dela nada adiantava contra a força deles (Gonçalves, 2013, p. 23).

A ideia de representar uma violência tão realista está relacionada à tentativa de dimensionar a crueldade desses abusos. Apesar de se tratar de uma violência imensurável, o domínio do corpo das mulheres era visto com naturalidade pela sociedade, não havia uma reação das pessoas em relação ao fato, o abuso era legitimado pelo rei e internalizado pelo povo. É o que a narrativa mostra: “na estrada que passava ao lado da nossa casa, algumas pessoas paravam para olhar, mas ninguém se aproximou” (Gonçalves, 2013, p. 23). O abuso de crianças e mulheres se torna um espetáculo para os espectadores. Nada muito diferente do que a direita brasileira tem feito ao lançar uma rede de fake News que encobre práticas de exploração infantil na Ilha do Marajó.

Depois da experiência extrema de violência com os soldados em Savalu, reino de Daomé, Kehinde, sua irmã Taiwo e sua avó Dúrójaiyé seguem viagem para a cidade Uidá, mas o percurso até a chegada na cidade foi cheio de desvios de caminhos,

escondendo-se de guerreiros, um percurso marcado pelo medo. Já menina, Kehinde descobre que não são fáceis os deslocamentos das mulheres, há muitos perigos que podem restringir a circulação das mulheres e meninas. Como menina e futura mulher, ela conviverá com o medo e o perigo de uma possível violação. Portanto, para Kehinde, a saga da violência sexual não termina por aí, ainda criança experimenta novamente o abuso e o estupro e isso confirma os dados publicados no IPEA pela pesquisadora Cíntia Liara Engel (2017), que afirma que “assédios às meninas são muito comuns e compõem as primeiras experiências sexuais de boa parte das mulheres” (Engel, 2017, p. 10). Kehinde tem seu segundo assédio no Brasil:

Em uma das visitas, o sinhô José Carlos me olhou de modo estranho, pedindo que o Cipriano me levasse até ele, quando me fez abrir a boca e olhou meus dentes. Depois, com a ponta da vara que usava para cutucar o cavalo, levantou a barra da minha saia e olhou minhas pernas. Olhou também para a minha bata na altura dos peitos (Gonçalves, 2013, p. 151).

A narrativa mostra que o assédio às mulheres negras começava na infância. Como se tratava de um fato esperado, da cultura do estupro normatizada na sociedade escravocrata, a personagem Ignácia aconselha Kehinde a tomar cuidados para não ficar “pejada” (grávida). O abuso é retratado como algo inevitável no contexto da sociedade escravocrata:

À noite, a Ignácia passou a mão sobre a minha cabeça e disse que eu não era mais uma menina, que já tinha corpo de mulher, e perguntou se meus sangues já tinham aparecido. Eu disse que sim, que eu tinha perguntado à Felicidade o que fazer, e que também já sabia como agir para não ficar pejada, caso fosse me deitar com homem, mas que disso eu ainda não sentia vontade. Naquele dia eu não entendi o motivo da pressa, mas ela comentou que, se fosse eu, começaria a pensar nisso, para que desse tempo de pelo menos escolher o primeiro (Gonçalves, 2013, p.151).

Ao contrário do que Ignácia disse, Kehinde ainda era uma criança. Ela fez essa afirmativa porque quis insinuar como o homem branco colonizador enxergava as meninas escravizadas, referindo-se à perspectiva do abusador. Kehinde admite não estar preparada para a vida sexual e talvez esse não amadurecimento de sua sexualidade não lhe permitisse perceber de imediato as intenções do seu abusador, embora tivesse sinais em sonho com a sua irmã Taiwo:

Na mesma noite sonhei com a Taiwo, e ela estava tão triste quanto no dia em que o guerreiro tinha se deitado em cima da minha mãe, em Savalu. O sonho era como se fosse naquele dia, pois ela apontava o guerreiro e dizia para eu olhar o rosto dele, mas eu não tinha coragem. Até que ela ficou brava comigo e saiu correndo, sem olhar para trás e sem ouvir os meus gritos pedindo para que voltasse (Gonçalves, 2013, p. 151).

Kehinde perde qualquer possibilidade de humanização na perspectiva do colonizador, ela é apenas um corpo. O trânsito da menina entre a senzala grande e a senzala pequena está condicionada ao uso que o seu dono deseja fazer desse corpo. Se é trabalho duro, ela será colocada na senzala grande; se é para o uso sexual, é colocada na senzala pequena. De toda forma, servirá ao dono da casa-grande:

Alguns dias depois, quando saíamos para o engenho, o Cipriano segurou meu braço e disse que eu ia voltar para a casa-grande. Perguntou o que eu sabia fazer e eu respondi que já tinha ajudado a Esméria e a Maria das Graças na cozinha antes de a sinhá Ana Felipa ter me mandado para a senzala grande e dito que nunca mais queria me ver na frente dela. O Cipriano disse que não tinha me perguntado nada daquilo, problema do sinhô José Carlos, pois eu estava voltando por ordem dele, que trataria de se entender com a sinhá. Ele passou a mão pelo meu rosto e disse que o sinhô estava certo, que ele não era nada bobo de misturar uma preta tão bonitinha com o resto dos escravos, correndo o risco de ela ser inaugurada por qualquer um (Gonçalves, 2013, p. 151).

Como quase todo abuso que ocorre com crianças, as primeiras reações de Kehinde, ainda muito nova, é de desconhecimento do que estava ocorrendo. Ela misturava os sentimentos de constrangimento com elogio e, embora não estivesse ciente dos caminhos a que essa violência lhe estava levando, havia a reação de evitar o agressor, pois a presença dele era perturbadora:

Quando o sinhô José Carlos estava em casa, eu evitava sair da cozinha, ou pelo menos de perto da Esméria, desde o dia em que ele tinha me encontrado tirando o pó dos móveis na sala de jantar e pediu para ver os meus peitos. Eu não sabia o que fazer e fiquei quieta, fingindo não ter entendido direito. Ele então repetiu, mandado que eu levantasse a bata porque queria ver os meus peitos, e como eu não me mexi, ele mesmo a ergueu, usando a ponta da bengala. Elogiou, dizendo que eram muito bonitos, perfeitos. Isso eu também achava, e acredito que naquela hora, mesmo com o improvável da situação, eu me senti muito orgulhosa deles, que cresciam firmes e redondos como os da minha mãe... e senti raiva e nojo quando ele pediu que eu levantasse a cabeça e abrisse os olhos (Gonçalves, 2013, p. 152).

O título da seção em que a narradora traz a cena do seu estupro se chama “A posse”. Uma expressão acertada, pois insinua exatamente a objetificação do corpo da menina negra, a posse não autorizada pela vítima, a narração da colonização dos corpos negros. A violência começa com o exame do corpo negro e depois, como se fosse um objeto qualquer, lhe é dado um valor: “quando o sinhô ouviu a porta se fechar, ficou de pé e me olhou de cima a baixo, da mesma maneira como tinha acabado de estudar os papéis, sem pressa” (Gonçalves, 2013, p. 158). Kehinde conseguiu fugir, com a ajuda do namorado Lourenço, da primeira tentativa de estupro do Sinhô José Carlos, mas tentativa de escape serviu para despertar mais ânsia do agressor. A cena é de uma violência extrema. O estupro de Kehinde é seguido do estupro de Lourenço, em que o agressor demonstra seu poder de macho monstro:

O sinhô levantava a minha saia e me abria as pernas com todo o peso do seu corpo, para depois se enfiar dentro da minha racha como se estivesse sangrando um carneiro. Não me lembro se doeu, pois, eu estava mais preocupada com o riozinho de sangue que escorria do corte na minha boca, provocado pelo tapa (...) Eu queria morrer, mas continuava mais viva que nunca, sentindo a dor do corte na boca, o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu e os movimentos do membro dele dentro da minha racha, que mais pareciam chibatadas... (...) O sinhô José Carlos o chamou de maricas e perguntou se estava chorando porque também queria deitar com um macho como o que estava se deitando com a noivinha dele. Foi então que tirou o membro ainda duro de dentro de mim, mesmo já tendo acabado, chegou perto do Lourenço e foi virando o corpo dele até que ficasse de costas, em uma posição bastante incômoda por causa do colar de ferro. Passou cuspe no membro e possuiu o Lourenço também, sem que ele conseguisse esboçar qualquer reação ou mesmo gritar de dor, pois tinha a garganta apertada pelo colar (...) O monstro se acabou novamente dentro do Lourenço, uivando e dizendo que aquilo era para terminar com a macheza dele, e que o remédio para a rebeldia ainda seria dado, que ele não pensasse que tudo terminava ali. O sinhô José Carlos então se vestiu e gritou para o Cipriano, perguntando se o castrador de porcos já tinha chegado (Gonçalves, 2013, p. 171).

Para Cíntia Liara Engel (2017), a conformação de que a cultura sexual instiga o abuso e o estupro é o modo de silenciar essas violências e permitir que seus algozes continuem praticando livremente sem serem acusados. Além disso, essa noção traz entraves para sair dessa narrativa acusatória e avançar para uma reflexão sobre as condições em que se realiza a violência sexual, recorrente e historicamente persistente:

A noção de que existe uma cultura sexual e erótica que instiga o abuso e o estupro, justificando sua ocorrência e colocando em dúvida as vítimas, permite que se supere uma discussão puramente acusatória e

personalizada do abuso e do estupro – que atribuiria esses crimes à ação isolada de determinados “homens errados” ou “homens doentes” – e se avance em direção a uma reflexão sobre as condições em que se produz o abuso sexual recorrente e historicamente persistente de crianças, meninas e mulheres. Se não se der esse passo narrativo, corre-se um sério risco de restringir a discussão a acusações, as quais são frequentemente agenciadas por discursos racistas e classistas, sem, ainda, abordar as reais dimensões da cultura do estupro (Engel, 2017, p. 15).

A cultura do estupro é expressiva em *Um defeito de cor* não apenas porque o estupro de meninas negras é naturalizado, mas também porque a narrativa denuncia o entendimento de que a vítima é sempre percebida como culpada do abuso sofrido. Há sempre um homem, branco ou negro, dizendo que a vítima fez algo para provocar a violência. O ex-noivo de Kehinde também sofreu abuso sexual do sinhô José Carlos e foi castrado em seguida, atitude comum dos “donos” de escravos para marcar quem tem a posse dos corpos das negras escravizadas, no entanto, ele externa ressentimento e culpabiliza Kehinde mesmo sendo testemunha dos assédios e abusos frequentes sofrido por Kehinde:

Eu deveria tê-lo deixado ir, mas o chamei e disse que era eu, a Kehinde, para o caso de ele não me reconhecer. Tive que repetir enquanto ele me olhava com jeito de quem não estava acreditando no que via, reparando nas minhas roupas, nos meus sapatos, em você. Quando achei que ia embora sem me dizer uma só palavra, ele voltou, parou bem perto de nós e disse coisas horríveis, com um fio de voz que eu tive que chegar muito perto para conseguir escutar. Uma das coisas que perguntou foi se eu nunca mais o tinha procurado porque ele não era capaz de me dar um filho, olhando para você com um ódio de que eu nunca poderia imaginá-lo capaz. Depois virou as costas e foi embora, deixando nós dois parados no meio da rua, até o Belchior se aproximar para saber se estava tudo bem, pois tinha ficado em frente à loja, observando o encontro. Eu disse que o Lourenço não tinha me reconhecido e dei graças por estar indo me encontrar com a Claudina em vez de voltar para o sobrado (Gonçalves, 2013, p. 410-411).

De tanto ouvir o discurso de que é a potencial culpada pelos abusos cometidos pelo sinhô José Carlos, Kehinde internaliza equivocadamente, por um tempo, esse pensamento: “me despedi de todos e fui para o quarto, porque não aguentava mais segurar as lágrimas, compreendendo pela primeira vez que todo o acontecido com o Lourenço tinha sido por minha causa” (Gonçalves, 2013, p. 384). Assim, mais uma vez, ela é violentada pelas narrativas colonizadoras e traz em si o discurso de que a violência é marcada pelo gênero.

Para ampliar a reflexão sobre essa posição de colonização e colonialidade da mulher, trago as considerações de María Lugones: “a dicotomia hierárquica como uma marca do humano também se tornou uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as”. Os (as) colonizados (as) eram julgados como bestiais e não gendrados. Eles não eram vistos como homens e mulheres, assim como os animais eram diferenciados como machos e fêmeas, sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho (Lugones, 2014, p. 936-937).

O sistema escravocrata, na percepção de Angela Davis, retirou o gênero da mulher colonizada. Conforme a conveniência do colonizador, poderiam trabalhar como homens e ser abusadas como mulheres, alternavam seus papéis sociais. Como mulheres, o papel que assumiam era de sujeito oprimido, até mesmo o imaginário de feminilidade vigente, como o de mãe, esposa e dona de casa, que já eram redutores, não eram pensados para essas mulheres, pois se tratava de uma espécie de anomalia na visão colonial:

Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres (Davis, 2013, p. 11).

Nessa perspectiva comparativa, percebe-se que as mulheres negras estavam em uma situação de opressão diferente dos homens, eram tão exploradas, enquanto força de trabalho, como os homens, mas estavam mais propensas ao abuso sexual do que os homens negros:

Como fêmeas, as mulheres escravas estavam inerentemente vulneráveis a todas as formas de coação sexual. Se a mais violenta punição dos homens consistia nos castigos e mutilações, as mulheres eram castigadas e mutiladas, bem como violadas. A violação, de fato, era uma expressão demonstrada pelo domínio econômico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras (Davis, 2013, p. 12).

Como já mencionado, ainda se perpetua a herança da cultura do estupro ou esse “universo simbólico e de práticas que explica e justifica a ocorrência frequente de estupros e abusos às mulheres e crianças” (Engel, 2017). Como Ana Maria Gonçalves,

Conceição Evaristo também está atenta às articulações e aos agenciamentos da cultura do estupro. A leitura dos textos dessas autoras permite afirmar que o corpo da menina negra é quase sempre maculado pelo abuso. Em “A menina e a pipa-borboleta”, publicado em *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017, p. 50), Conceição Evaristo retrata poeticamente o tema do estupro, do aborto e da saúde da mulher e as meninas negras no Brasil:

### **A menina e a pipa-borboleta**

A menina da pipa  
ganha a bola da vez  
e quando a sua íntima  
pele, macia seda, brincava  
no céu descoberto da rua,  
um barbante áspero,  
 másculo cerol, cruel  
rompeu a tênue linha  
da pipa-borboleta da menina.

E quando o papel, seda esgarçada,  
Da menina estilhaçou-se  
Entre as pedras da calçada,  
A menina rolou  
Entre dor e o abandono.

E depois, sempre dilacerada,  
a menina expulsou de si  
uma boneca ensanguentada  
que afundou num banheiro  
público qualquer.  
(Evaristo, 2017, p. 50).

Na primeira estrofe do poema, a autora apresenta um conjunto de palavras que remete a uma criança em situação de violência. A violência inicial é representada a partir das expressões “um barbante áspero/ másculo cerol, cruel/” seguido da expressão “rompeu a tênue linha/ da pipa-borboleta da menina”. Esses versos trazem ao leitor a cena de um estupro de uma menina. Na estrofe seguinte temos o segundo momento dessa violência. A criança violada não é acolhida, não recebe qualquer cuidado e atenção depois de ter sido estilhaçada. O que fica para ela é a “dor e o abandono”. Assim, mais uma vez vemos, na literatura de autoria feminina negra, os corpos das meninas negras sendo objeto que sem qualquer utilidade é jogado fora e não tem a atenção de ninguém. E, por fim, na última estrofe, há o registro de um aborto, em que

a menina, sob o impacto de toda uma violência, aborta “uma boneca” na tentativa de se livrar dos estilhaços que ela se tornou. Essa é a maneira poética que a autora utiliza para denunciar as condições de insegurança a que as mulheres brasileiras estão expostas diante da não legalização do aborto: “uma boneca ensanguentada/que afundou num banheiro público qualquer”.

Em *Becos da memória*, Conceição continua a denúncia da violação dos corpos infantis. A narrativa da violência sofrida pela personagem Fuizinha confirma o que diz a pesquisa do IPEA (2014) sobre quem são os violadores das crianças. O Ipea conclui que a maioria dos agressores das crianças são homens e 24,1% são os próprios pais ou padrastos e que 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima (IPEA, 2013, p. 9). Em *Becos da memória*, Fuinha vivia espancando a filha Fuizinha “por tudo e por nada” (Evaristo, 2013, p. 111) e a menina “crescia entre o choro e a pancadaria” (Evaristo, 2013, p.112). Mas como se isso fosse pouco, ela também era abusada sexualmente por um pai que pensa que é dono do corpo da filha:

Fuizinha ainda muito haveria de gritar. Ia crescendo apesar das dores, ia vivendo apesar da morte da mãe e do pai carrasco. Ele era dono de tudo. Era dono da mulher e da vida. Dispôs da vida da mulher até à morte. Agora dispunha da vida da filha. Só que a filha, ele queria bem viva, bem ardente. Era o dono, o macho, mulher é pra isto mesmo. Mulher é pra tudo. Mulher é pra gente bater, mulher é pra apanhar, mulher é pra gozar, assim pensava ele. O Fuinha era tarado, usava a própria filha (Evaristo, 2013, p. 112- 113).

O pai coloniza o corpo da filha assim como o sinhô José Carlos de *Um defeito de cor* colonizou o corpo da menina Kehinde: “houve quem tentasse falar com ele e Fuinha cinicamente respondeu que a filha era dele e que ele fazia com ela o que bem quisesse” (Evaristo, 2013, p. 113). A narrativa nos mostra que diante da cultura do silenciamento das meninas, muitas Fuizinhas ainda terão que gritar para não apenas serem ouvidas, mas também acolhidas e protegidas. Em *Um defeito de cor*, Kehinde e Taiwo são apenas vistas e ouvidas, e isso persiste em *Becos da Memória*. Fuizinha é ouvida pelos vizinhos, mas não há manifestação alguma para tentar salvar a menina e a sua mãe:

Um dia a mãe de Fuizinha amanheceu adormecida, morta. Os vizinhos tinham escutado a pancadaria na noite anterior. A mulher gritara, gritara, a Fuizinha também, também. Ouviu-se a voz do Fuinha:  
Agora silêncio (Evaristo, 2013, p. 112).

Assim como ocorre com Kehinde, em *Becos da memória* a menina negra tem seu corpo negociado. Tetê do Mané vende a filha para um fornecedor de cigarros na tentativa de cuidar do outro filho que estava doente. A menina é violentada sexualmente pelo comprador:

Os dois se olham. Ela sabe do vício do moço. O moço já sabe das necessidades dela. O moço é rápido, direto, franco e cruel. Quanto você quer, mulher? A mãe da menina não responde. O homem tira o pacote de notas. A mãe chama a menina. Nazinha, acompanhe o moço! O homem pega a menina pela mão e segue outros rumos...  
Nazinha sentia dor, sangue, sangue... Era como se a vida estivesse lhe fugindo, a começar por aqueles pontos entre as pernas. O homem tapou-lhe a boca e gozou tranquilo (Evaristo, 2013, p. 57-58).

*Um defeito de cor* traz a narrativa de que o Brasil nasceu do estupro de mulheres e meninas negras, daí sua miscigenação. A menina estilhaçada representa a colheita do racismo que não apenas trouxe violência física através da escravidão, mas também violência simbólica. Todos os dias mulheres e crianças brasileiras negras têm sido vítimas do racismo no Brasil.

### **Conclusão**

Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo desafiam invisibilidades históricas e promovem um movimento de conscientização que é, simultaneamente, estético, ético e político. A análise das obras literárias dessas autoras à luz do conceito de colonialidade de gênero, proposto por María Lugones, evidencia como a violência sexual e a objetificação dos corpos de meninas negras não apenas são heranças do período colonial, mas continuam a ser reproduzidas em contextos contemporâneos. As narrativas exploradas revelam a naturalização do abuso sexual como parte de uma cultura do estupro enraizada em desigualdades e opressões interseccionais de gênero, raça e classe, destacando, também, o papel da literatura como ferramenta de denúncia e resistência.

Os dados apresentados, tanto na ficção quanto nos estudos empíricos, reforçam a urgência de discutir as bases estruturais da violência, especialmente no Brasil, onde o racismo e o patriarcado legitimaram historicamente a exploração e o silenciamento de mulheres negras. Ao propor uma leitura crítica dessas narrativas, é possível compreender que a construção de alternativas exige não apenas políticas públicas

eficazes, mas também uma transformação cultural profunda, que deslegitime as hierarquias coloniais ainda vigentes.

Assim, a literatura de autoria feminina negra pode emergir como um espaço de ressignificação, em que as meninas negras, frequentemente figuradas como vítimas, também assumem o papel de símbolos de resistência. As obras analisadas clamam por uma sociedade que reconheça essas vivências e enfrente, de maneira integral, os desafios impostos pela colonialidade, avançando para um futuro em que a dignidade e os direitos dessas meninas sejam plenamente garantidos.

## REFERÊNCIAS

- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013 [1981].
- ENGEL, Cintia Liara. As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil. *In: Texto para discussão*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2339.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2339.pdf). Acesso em: 14 jul. 2020.
- EVARISTO, Conceição. “A menina e a pipa-borboleta”. *In: EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 50.
- EVARISTO, Conceição 2013. *Becos da Memória*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013 [2006].
- FERREIRA, H.; COELHO, D.S.C; CERQUEIRA, D.; ALVES, P.; SEMENTE, M. *Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11814>. Acesso em 28 de fev. 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2024.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 6º ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5780>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2018 – políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180614\\_atlas\\_2018\\_retratos\\_dos\\_municipios.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180614_atlas_2018_retratos_dos_municipios.pdf). Acesso em: 02 out. 2020.
- KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda I.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael (eds.). Relatório mundial sobre violência e saúde. Organização Mundial da Saúde: Genebra, 2002. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp->

content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf. Acesso em: 22 Jul. 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, Vol. 22, nº 3, p. 935–952. <https://doi.org/10.1590/%x>, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso 28 de fev. 2024.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, 2008, p. 287-324.

EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. In: QUILOMBOJE (org.). *Cadernos negros 19*. São Paulo: Quilombhoje, p. 26, 1996.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*. v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano*. Tradução de De Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

REIS, Mírian Sumica Carneiro & OLIVEIRA, Adriele de Jesus. Palavras de mulheres negras: uma proposta de leitura de Vozes-mulheres, de Conceição Evaristo. *Revista Investigações*, v. 34, n. 1, p. 1 - 12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>

SOUZA, Heleine Fernandes de. *A poesia negra-feminina de Conceição Evaristo, Livia Natália e Tatiana Nascimento*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.